

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL -
CAU/DF

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL - CAU/DF

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quantos ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião com ressalva

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF possui registrado em 31 de dezembro de 2019, na rubrica intitulada como "Demais Créditos e Demais Valores a Curto Prazo" - Nota Explicativa de nº 7 no montante total de R\$ 181.015 juntamente com a conta de Créditos a Longo Prazo nota explicativa de nº 10 no montante total de R\$ 994.019, no balanço patrimonial, no quais R\$ 667.412 (R\$ 176.915 no ativo circulante da Nota Explicativa nº 7 e R\$ 490.497 no ativo não circulante conforme a Nota Explicativa nº 10) referem-se a valores oriundos de irregularidades de natureza administrativa e financeira que foram apurados por meio da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria Presidencial do CAU/BR nº 144 de 13 de abril de 2016, no qual o CAU/DF está adotando medidas administrativas e judiciais na tentativa de recuperação dos referidos montantes. Não obstante os aspectos de liquidez, solvência e recuperabilidade do referido ativo, a administração do CAU/DF não constituiu provisão para perdas do referido ativo, entretanto, os critérios para constituição de provisão para perdas em entidades do Setor Público deveriam ter sido implementados no exercício de 2017, conforme previsão nas normas brasileiras de contabilidade. Dessa forma, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar o referido saldo em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente, o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.

CAU - DF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CNPJ: 14.981.648/0001-09

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.816.955,78	2.287.035,36	PASSIVO CIRCULANTE	264.160,01	180.133,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.861.351,00	1.614.183,22	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	201.890,77	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	755.933,50	512.364,09	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	914.271,14	800.025,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	41.383,66	27.819,96
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.259.906,80	881.468,61	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - ANUIDADE - PF	880.633,52	747.786,99	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	24.000,17	24.000,17
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - ANUIDADE - PJ	537.610,92	421.342,53	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	127.703,04
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	181.015,49	144.421,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.114,59	609,95
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00		0,00	0,00
ESTOQUES	18.655,79	16.066,86		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.173.840,09	1.197.101,89	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	994.018,88	1.020.458,84	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	994.018,88	1.020.458,84	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	490.496,62	490.496,62	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	503.522,26	529.962,22	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	173.833,07	176.643,05	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	385.651,26	353.159,74		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	211.818,19	176.516,69		0,00	0,00
INTANGÍVEL	5.988,14	0,00		0,00	0,00

SOFTWARES	6.779,00	0,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	790,86	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	264.160,01	180.133,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	3.726.635,86	3.304.004,13
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.726.635,86	3.304.004,13
TOTAL	3.990.795,87	3.484.137,25	TOTAL	3.990.795,87	3.484.137,25
ATIVO FINANCEIRO	1.861.351,00	1.614.183,22	PASSIVO FINANCEIRO	329.273,57	246.152,02
ATIVO PERMANENTE	2.129.444,87	1.869.954,03	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				3.661.522,30	3.237.985,23

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	871.993,04	515.658,70
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	871.993,04	515.658,70

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1.532.077,43	1.368.031,20

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.462.563,36	3.037.386,23	Despesa Orçamentária	3.197.169,48	2.799.590,55
RECEITA REALIZADA	3.462.563,36	3.037.386,23	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	65.113,56	66.018,90
RECEITA CORRENTE	3.462.563,36	3.037.386,23	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	41.383,66	27.819,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.886.765,79	1.597.115,02	CREDITO EMPENHADO – PAGO	3.090.672,26	2.705.751,69
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.886.765,79	1.597.115,02	DESPESA CORRENTE	3.076.997,26	2.685.398,37
ANUIDADES	1.886.765,79	1.597.115,02	PESSOAL	1.898.865,56	1.703.261,79
RECEITA DE SERVIÇOS	1.240.290,15	1.151.834,73	MATERIAL DE CONSUMO	108.977,06	56.865,80
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5.079,14	8.491,20	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	76.502,26	35.976,74
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.220.684,40	1.134.930,10	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	551.279,27	455.829,57
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	454,86		ENCARGOS DIVERSOS	95.135,72	77.903,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.071,75	8.413,43	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	346.237,39	355.560,58
FINANCEIRAS	293.172,33	271.694,22	DESPESA DE CAPITAL	13.675,00	20.353,32
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	179.875,08	161.465,27	INVESTIMENTOS	13.675,00	20.353,32
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	113.297,25	110.228,95			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	113.297,25	110.228,95			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.335,09	16.742,26			
DÍVIDA ATIVA	988,33				
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.560,41	7.091,19			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.786,35	9.651,07			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.788.296,99	1.601.345,91	Pagamentos Extraorçamentários	1.806.523,09	1.509.941,94
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	65.113,56	66.018,90	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	57.084,52	15.280,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	41.383,66	27.819,96	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	27.819,96	15.783,32
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	293.787,89	221.500,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	297.512,43	223.364,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.388.011,88	1.286.006,46	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.424.106,18	1.255.513,96
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.617.783,22	1.288.583,57	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.864.951,00	1.617.783,22
Caixa e Equivalente de Caixa	1.614.183,22	1.284.983,57	Caixa e Equivalente de Caixa	1.861.351,00	1.614.183,22
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	3.600,00	3.600,00	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	3.600,00	3.600,00
Total:	6.868.643,57	5.927.315,71		6.868.643,57	5.927.315,71

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	3.607.303,80	3.494.316,30	3.462.563,36	-31.752,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	2.004.782,00	1.891.794,00	1.886.765,79	-5.028,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.004.782,00	1.891.794,00	1.886.765,79	-5.028,21
ANUIDADES	2.004.782,00	1.891.794,00	1.886.765,79	-5.028,21
RECEITA DE SERVIÇOS	1.352.603,80	1.352.603,80	1.240.290,15	-112.313,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	5.079,14	5.079,14
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.324.510,00	1.324.510,00	1.220.684,40	-103.825,60
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	454,86	454,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.093,80	28.093,80	14.071,75	-14.022,05
FINANCEIRAS	249.918,00	221.799,25	293.172,33	71.373,08
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	139.918,00	136.799,00	179.875,08	43.076,08
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	110.000,00	85.000,25	113.297,25	28.297,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	110.000,00	85.000,25	113.297,25	28.297,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	28.119,25	42.335,09	14.215,84
DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	988,33	988,33
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	2.560,41	2.560,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	28.119,25	38.786,35	10.667,10
RECEITA DE CAPITAL	800.000,00	869.115,30	0,00	-869.115,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	869.115,30	0,00	-869.115,30

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			800.000,00	869.115,30	0,00	-869.115,30
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			4.407.303,80	4.363.431,60	3.462.563,36	-900.868,24
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			4.407.303,80	4.363.431,60	3.462.563,36	-900.868,24
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE	3.520.383,55	3.479.554,64	3.179.440,48	3.114.326,92	3.076.997,26	300.114,16
PESSOAL	1.850.128,88	1.904.819,38	1.881.791,56	1.881.791,56	1.881.791,56	23.027,82
PESSOAL E ENCARGOS	1.850.128,88	1.904.819,38	1.881.791,56	1.881.791,56	1.881.791,56	23.027,82
MATERIAL DE CONSUMO	108.000,00	119.973,76	110.491,22	109.612,76	108.977,06	9.482,54
MATERIAL DE CONSUMO	108.000,00	119.973,76	110.491,22	109.612,76	108.977,06	9.482,54
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	106.160,00	125.531,11	93.576,26	93.576,26	93.576,26	31.954,85
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	80.360,00	72.262,00	41.078,01	41.078,01	41.078,01	31.183,99
DIÁRIAS	25.800,00	53.269,11	52.498,25	52.498,25	52.498,25	770,86
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.015.410,58	883.784,83	652.208,33	587.973,23	551.279,27	231.576,50
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	20.610,58	68.000,00	46.348,00	22.674,00	22.674,00	21.652,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	62.000,00	42.000,00	9.119,04	9.119,04	9.119,04	32.880,96
SERVIÇOS PRESTADOS	900.600,00	703.975,99	529.156,22	488.595,12	452.235,65	174.819,77
PASSAGENS	32.200,00	69.808,84	67.585,07	67.585,07	67.250,58	2.223,77
ENCARGOS DIVERSOS	83.000,00	99.207,92	95.135,72	95.135,72	95.135,72	4.072,20
ENCARGOS DIVERSOS	83.000,00	99.207,92	95.135,72	95.135,72	95.135,72	4.072,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	357.684,09	346.237,64	346.237,39	346.237,39	346.237,39	0,25
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	68.680,55	57.234,10	57.234,10	57.234,10	57.234,10	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	31.805,29	31.805,29	31.805,29	31.805,29	31.805,29	0,00
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - CSC	257.198,25	257.198,25	257.198,00	257.198,00	257.198,00	0,25

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	855.114,96	868.882,96	17.729,00	17.729,00	13.675,00	851.153,96
INVESTIMENTOS	855.114,96	868.882,96	17.729,00	17.729,00	13.675,00	851.153,96
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	495.114,96	495.114,96	0,00	0,00	0,00	495.114,96
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	360.000,00	373.768,00	17.729,00	17.729,00	13.675,00	356.039,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	31.805,29	14.994,00	0,00	0,00	0,00	14.994,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	4.407.303,80	4.363.431,60	3.197.169,48	3.132.055,92	3.090.672,26	1.166.262,12
SUPERÁVIT	0,00	0,00	265.393,88	0,00	0,00	-265.393,88
TOTAL	4.407.303,80	4.363.431,60	3.462.563,36	3.132.055,92	3.090.672,26	900.868,24

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4.147.385,38	3.669.644,30	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.724.753,65	3.143.163,54
CONTRIBUIÇÕES	2.353.998,49	2.121.995,02	PESSOAL E ENCARGOS	1.955.979,29	1.740.175,68
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.353.998,49	2.121.995,02	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.728.800,96	1.534.303,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.353.998,49	2.121.995,02	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.728.800,96	1.534.303,55
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.240.290,15	1.151.834,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL	227.178,33	205.872,13
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.240.290,15	1.151.834,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	227.178,33	205.872,13
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.240.290,15	1.151.834,73	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	954.844,40	697.706,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	293.172,33	271.694,22	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	111.077,83	65.389,73
JUROS E ENCARGOS DE MORA	179.875,08	161.465,27	CONSUMO DE MATERIAL	111.077,83	65.389,73
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	179.875,08	161.465,27	SERVIÇOS	807.674,21	599.670,17
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	113.297,25	110.228,95	DIARIAS	52.498,25	19.494,25
MULTAS SOBRE ANUIDADES	113.297,25	110.228,95	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	108.663,08	42.759,54
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	2.806,98	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	646.512,88	537.416,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	2.806,98	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	36.092,36	32.646,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	2.806,98	DEPRECIACAO	35.301,50	32.646,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	259.924,41	121.313,35	AMORTIZACAO	790,86	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	259.924,41	121.313,35	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	346.237,39	355.560,58
MULTAS ADMINISTRATIVAS	2.560,41	6.018,59	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.237,39	355.560,58
INDENIZAÇÕES	38.786,35	9.651,07	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.237,39	355.560,58
REVERSÃO DE PROVISÕES	218.577,65	105.643,69	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	467.692,57	349.720,39
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	467.692,57	349.720,39
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	467.692,57	349.720,39
Total das Variações Ativas :	4.147.385,38	3.669.644,30	Total das Variações Passivas :	3.724.753,65	3.143.163,54
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	422.631,73	526.480,76

Total	4.147.385,38	3.669.644,30	Total	4.147.385,38	3.669.644,30
--------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	---------------------

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	3.462.563,36	3.037.386,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.886.765,79	1.597.115,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.886.765,79	1.597.115,02
ANUIDADES	1.886.765,79	1.597.115,02
RECEITA DE SERVIÇOS	1.240.290,15	1.151.834,73
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5.079,14	8.491,20
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.220.684,40	1.134.930,10
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	454,86	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.071,75	8.413,43
FINANCEIRAS	293.172,33	271.694,22
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	179.875,08	161.465,27
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	113.297,25	110.228,95
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	113.297,25	110.228,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.335,09	16.742,26
DÍVIDA ATIVA	988,33	0,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.560,41	7.091,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.786,35	9.651,07
OUTROS INGRESSOS	1.681.799,77	1.507.507,05
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	3.076.997,26	2.685.398,37
PESSOAL	1.898.865,56	1.703.261,79
MATERIAL DE CONSUMO	108.977,06	56.865,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	76.502,26	35.976,74
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	551.279,27	455.829,57
ENCARGOS DIVERSOS	95.135,72	77.903,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	346.237,39	355.560,58
OUTROS DESEMBOLSOS	1.806.523,09	1.509.941,94
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	260.842,78	349.552,97
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	13.675,00	20.353,32
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.675,00	-20.353,32
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	247.167,78	329.199,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.614.183,22	1.284.983,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.861.351,00	1.614.183,22

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL - CAU/DF

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na SEPS Q 705/905 A Centro Empresarial Santa Cruz 401-406 - Brasília, DF, 70390-055.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/DF procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/DF, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/DF segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/DF procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/DF adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.
O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco conta movimento	9.090	9.692
Aplicações financeiras	1.852.261	1.604.491
	<u>1.861.351</u>	<u>1.614.183</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	914.271	800.025
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.259.906	881.469
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.418.244)	(1.169.130)
	<u>755.933</u>	<u>512.364</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
Suprimento de Fundos	500	-
Diversos responsáveis	45.212	45.212
Marcos Aurélio Silva de Almeida	90.000	90.000
Devedores da Entidade	41.704	5.609
Caução Aluguel	3.600	3.600
	<u>181.015</u>	<u>144.421</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF possui registrado em 31 de dezembro de 2019, na rubrica intitulada como Demais Créditos e Demais Valores a Curto Prazo - nota explicativa de nº 7 no montante total de R\$181.015 juntamente com a conta de Créditos a Longo Prazo nota explicativa de nº 10 no montante total de R\$994.019, no balanço patrimonial, no quais R\$667.412 (R\$176.915 no ativo circulante da nota de nº 7 e R\$490.497 no ativo não circulante conforme a nota de nº 10) referem-se a valores oriundos de irregularidades de natureza administrativa e financeira que foram apurados por meio da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria Presidencial do CAU/BR Nº 144 de 13 de abril de 2016, no qual o CAU/DF está adotando medidas administrativas e judiciais na tentativa de recuperação dos referidos montantes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Não obstante os aspectos de liquidez, solvência e recuperabilidade do referido ativo, a administração do CAU/DF não constituiu provisão para perdas do referido ativo, entretanto, os critérios para constituição de provisão para perdas em entidades do Setor Público deveriam ter sido implementadas no exercício de 2017, conforme previsão nas normas brasileiras de contabilidade. Dessa forma, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar o referido saldo em 31 de dezembro de 2019.

Os valores a receber fruto das irregularidades financeiras cometidas pelo ex-assessor financeiro/contábil não sofreram provisionamento para perdas, pois os processos judiciais que tratam do ressarcimento dos montantes desviados não foram concluídos. Atualmente, o inquérito Policial está em andamento, e de acordos com notas técnicas jurídicas anteriores mostra-se remota a não responsabilização do acusado pelos desvios.

Assim tendo em vista a continuidade dos processos judiciais, o CAU/DF não possui bases consistentes para mensurar a provisão ou teste de imparidade a ser aplicada ao ativo.

8. Estoques

	2019	2018
Material de escritório	4.161	3.217
Outros materiais	14.495	12.850
	<u>18.656</u>	<u>16.067</u>

9. Créditos a Longo Prazo

	2019	2018
Marcos Aurélio Silva de Almeida	490.497	490.497
Créditos de anuidades em Dívida Ativa	503.522	529.962
	<u>994.019</u>	<u>1.020.459</u>

Conforme mencionado no item de nº 7, os valores a receber fruto das irregularidades financeiras cometidas pelo ex-assessor financeiro/contábil não sofreram provisionamento para perdas, pois os processos judiciais que tratam do ressarcimento dos montantes desviados não foram concluídos. Atualmente, o inquérito Policial está em andamento, e de acordos com notas técnicas jurídicas anteriores mostra-se remota a não responsabilização do acusado pelos desvios.

Assim tendo em vista a continuidade dos processos judiciais, o CAU/DF não possui bases consistentes para mensurar a provisão ou teste de imparidade a ser aplicada ao ativo.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Máquinas e Equipamentos	17.188	(6.173)	11.015	8.568
Veículos	33.990	(21.414)	12.576	15.635
Móveis e utensílios	146.527	(66.139)	80.388	93.579
Equipamentos de Processamento de Dados	184.706	(117.898)	66.809	59.672
Sistemas de Processamento de Dados	3.240	(194)	3.045	-
Total	385.651	(211.818)	173.833	177.455

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Veículos	15.635	-	-	(3.059)	12.576
Móveis e utensílios	93.579	-	-	(13.191)	80.388
Equipamentos de Processamento de Dados	58.860	25.484	-	(17.535)	66.809
Máquinas e Equipamentos	8.568	3.768	-	(1.321)	11.015
Sistema de Processamento de dados	-	3.240	-	(194)	3.046
Total	176.642	32.492	-	(35.301)	173.833

Em virtude do aumento do quadro de pessoal do Conselho, houve a necessidade de aquisição de novos equipamentos de informática, móveis e equipamentos, para utilização dos novos funcionários.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

11. Intangível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Softwares	5.988	-
	<u>5.988</u>	<u>-</u>

Aquisição de licenças Windows.

Movimentação:

Descrição	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
Software	-	6.779	-	(791)	5.988
Total	<u>-</u>	<u>6.779</u>	<u>-</u>	<u>(791)</u>	<u>5.988</u>

12. Fornecedores a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedor de materiais	41.384	27.820
	<u>41.384</u>	<u>27.820</u>

13. Provisões a Curto Prazo

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias	135.370	80.836
INSS	48.703	33.555
FGTS	15.601	11.645
PIS/PASEP	2.216	1.667
Total	<u>201.891</u>	<u>127.703</u>

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

14. Obrigações de Repartição a outros Entes

Descrição	2019	2018
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	479	479
Depósitos de Diversas Origens	23.522	23.522
Total	24.000	24.000

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
INSS	217	(372)
IRRF	(3.157)	-
Contribuição Sindical – Anual	175	(238)
Total	(3.115)	(610)

16. Provisão para riscos processuais

Para o ano de 2019 o Conselho não foi acionado judicialmente, por este exposto, não temos causas prováveis, tão pouco possíveis que mereçam destaque em Nota Explicativa. Conforme orientado pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

17. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Resultados acumulados	3.304.004	2.777.523
Resultado do Período	422.631	526.480
	3.726.635	3.304.004

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/SP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

Classificação	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração Pessoal	1.324.341	1.534.304
Encargos Sociais	404.459	205.872
Material de Consumo	111.077	64.667
Serviços	807.674	600.393
Despesas com depreciação	36.092	32.647
Transferências Intragovernamentais	346.237	355.561
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	467.692	349.720
Total	<u><u>3.724.753</u></u>	<u><u>3.143.164</u></u>

20. Receita por natureza

Classificação	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuições	2.353.998	2.121.995
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	1.240.290	1.151.835
Receitas Financeiras	293.172	274.501
Indenizações	259.924	121.313
Total	<u><u>4.147.385</u></u>	<u><u>3.669.644</u></u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

21. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	4.147.385	3.669.644
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(3.724.753)	(3.143.164)
(=) Superávit Patrimonial apurado	422.632	526.480
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	3.462.563	3.037.386
(-) Despesas Empenhadas	(3.114.327)	(2.733.572)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	348.236	303.815
Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	1.861.351	1.614.183
(-) Passivo Financeiro	(264.160)	(180.133)
(=) Superávit Financeiro Apurado	1.597.191	1.434.050

22. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	R\$ 1.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
		R\$ 1.100.000

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

23. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Brasília-DF.